



## Anexo I - CRONOGRAMA DE AUDITORIAS - 2020

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
01	<p><b>Área Auditada:</b> Serventias extrajudiciais vagas administradas por interinos.</p> <p><b>Prestação de Contas</b></p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Resolução CNJ 80/2009 Provimento CNJ 45/2015 Provimento CNJ 77/2018 Provimento CGJ-PJMS 107/2017 Provimento CGJ-PJMS 121/2017 Provimento CGJ-PJMS 155/2017</p>	<p><b>Risco:</b> Inobservância da legislação que rege a aplicação dos recursos públicos das serventias extrajudiciais vagas, administradas por interinos.</p> <p><b>Relevância:</b> Aprimorar a fiscalização e controle na aplicação dos recursos públicos das serventias extrajudiciais vagas, administradas por interinos.</p>	Verificar a aplicação dos recursos públicos das serventias extrajudiciais vagas, administradas por interinos.	Analisar a aplicação dos recursos públicos das serventias extrajudiciais vagas, administradas por interinos nos exercícios 2017, 2019 e 2019.	Janeiro/Dezembro	2 servidores
02	<p><b>Área Auditada:</b> Secretaria de Finanças:</p> <p><b>Processo anual de Contas:</b> TJMS/FUNJECC</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei nº 4.320/64, Lei Complementar 101/00</p>	<p><b>Risco:</b> Inobservância das metas previstas no Plano Plurianual em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual.</p> <p><b>Relevância:</b> Cumprimento de formalidades, preceitos legais e atingimento do objetivo.</p>	Verificar se a prestação de contas e o relatório de gestão estão em conformidade com os normativos legais e emitir relatório sobre a prestação de contas do PJMS a ser remetido ao TCE/MS	Analisar as informações e documentos que compõem o Processo de Contas anual definido pelo TCE/MS	Janeiro/ Março	1 servidor



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
03	<b>Área Auditada:</b> Secretaria de Tecnologia da Informação.  <b>Governança e Gestão de TIC (Resolução CNJ 211/2015)</b>  <b>Conhecimento Específico:</b> Resolução CNJ 211/2015)	<b>Risco:</b> Não aderência às práticas de governança relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação do PJMS à Resolução CNJ nº 211/2015.  <b>Relevância:</b> Aderência à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	Avaliar a aderência do PJMS à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída por meio da Resolução CNJ nº 211/2015.	Analisar o grau de aderência do PJMS à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída Por meio da Resolução CNJ nº 211/2015.	Fevereiro/ Março	2 servidores
04	<b>Área Auditada:</b> Secretaria de Gestão de Pessoal  <b>Férias de Servidores.</b>  <b>Conhecimento Específico:</b> Lei 1.102/90 Lei 3.310, 14/12/2006	<b>Risco:</b> Inobservância das normas que disciplinam a férias de servidores.  <b>Relevância:</b> Cumprimento das normas e preceitos legais definidos no âmbito do PJMS para controle de férias dos servidores.	Verificar a conformidade do controle de férias dos servidores do Poder Judiciário do MS	Analisar por amostragem o controle de férias dos servidores do Poder Judiciário do MS.	Fevereiro/Março	3 servidores
05	<b>Área Auditada:</b> Secretarias do TJMS  <b>Coordenada com CNJ - Acessibilidade dos Prédios do Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul</b>	<b>Risco</b> – Ausência de acesso adequado para as pessoas com deficiência aos órgãos do Poder Judiciário.  <b>Relevância</b> – Segundo os dados do Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no exercício de 2010, existem 45,6 milhões de	Mapear o grau de acessibilidade dos órgãos do Poder Judiciário e propor encaminhamentos a fim de promover a ampliação do acesso à Justiça às pessoas com deficiência	Analisar grau de acessibilidade das pessoas com deficiência aos órgãos do Poder Judiciário.	Abril/Junho	2 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
	<b>Conhecimento Específico:</b> Resolução CNJ nº 230/2016 Decreto Presidencial 6.949/2009 e Lei 8.429/1992 (Art. 11)	brasileiros com alguma deficiência, o que representa 23,9% da população. Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, sendo posteriormente promulgado pelo Decreto presidencial nº 6.949/2009. Atendimento a Resolução CNJ 230/2016.				
06	<b>Área Auditada:</b> Todas as áreas demandantes de bens e serviços do PJMS  <b>Aplicação do Manual de Compras e Contratações no PJMS</b>  <b>Conhecimento Específico:</b> Portaria 1.348, de 8 de agosto de 2018 que aprovou o Manual de Compras e Contratações; Lei 8.666/93.	<b>Risco:</b> Inobservância das orientações e boas práticas propostas no Manual de Compras e Contratações que pode acarretar deficiência nas contratações do PJMS.  <b>Relevância:</b> Adoção de boas práticas nas compras e contratações para o atingimento de melhores resultados.	Verificar se as orientações e boas práticas constantes do Manual de Compras e Contratações estão sendo aplicadas nas aquisições de bens e contratação de serviços do PJMS.	Analisar por amostragem processos de compras e licitações do exercício 2019. PJMS	Maio/Junho	2 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
07	<b>Área Auditada:</b> Secretaria de Gestão de Pessoal <b>Auxílios Pecuniários</b> <b>Conhecimento Específico:</b> Lei 3.310/2006 Lei 1.102/1990 Lei 6.687/2009	<b>Risco:</b> Pagamento indevido de auxílios pecuniários.  <b>Relevância:</b> Fornecer razoável garantia quanto ao pagamento de auxílios remuneratórios.	Verificar a legalidade dos pagamentos efetuados por meio da rubrica auxílios pecuniários.	Analisar por amostragem os pagamentos efetuados por meio da rubrica auxílios pecuniários nos exercícios 2018/2019	Julho/Agosto	2 servidores
08	<b>Área Auditada:</b> Secretaria de Obras  <b>Aditivos em Obras e Serviços de Engenharia</b>  <b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8.666/93 Resolução CNJ 114/2010	<b>Risco:</b> Alterações contratuais injustificadas; Inobservância dos percentuais estabelecidos na Lei 8666/93  <b>Relevância:</b> Cumprimento da legislação e do objeto do contrato	Avaliar se os termos aditivos das obras e serviços de engenharia foram realizados de acordo com o estabelecido na legislação.	Analisar termos aditivos das obras e serviços de engenharia referentes à alteração de projetos e de prazo, no período de 2017 a 2019.	Agosto/Setembro	2 servidores
09	<b>Área Auditada:</b> Secretaria de Finanças  <b>Conta Vinculada</b>  <b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8.666/93 Resolução CNJ 169/2013	<b>Risco:</b> Possibilidade de responsabilidade subsidiária por pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciária devidas aos funcionários das empresas de serviços terceirizados  <b>Relevância:</b> afastamento da responsabilidade subsidiária por pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciária devidas aos funcionários das empresas de serviços terceirizados	Verificar a aplicação da Resolução nº 169/CNJ, incluindo percentuais.  - Avaliação de controles internos.	Analisar a utilização da conta vinculada nos contratos de serviços terceirizados	Outubro/Novembro	2 servidores